

A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul

Benedito Silva Neto¹
David Basso²

Resumo

Este trabalho analisa o papel que a produção de leite pode desempenhar em uma estratégia de desenvolvimento para o Estado do Rio Grande do Sul. Constatou-se que uma contribuição importante que a produção de leite pode proporcionar ao desenvolvimento deriva da sua capacidade de manutenção da população no meio rural, o que potencializa os seus efeitos sobre as economias locais. Tais efeitos se devem ao alto potencial de agregação de valor que a atividade leiteira pode proporcionar de forma direta, indireta e induzida. Para que possa desempenhar este papel, entretanto, é necessário reorientar as atuais políticas de fomento sustentadas pelos representantes da cadeia agroindustrial do leite que, por seu caráter concentrador e produtivista, podem levar à exclusão de mais de dois terços dos produtores no curto prazo. A principal conclusão do trabalho é que a promoção de sistemas de produção adaptados às condições da produção familiar seria um fator imprescindível para a construção de um modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e territorialmente mais equilibrado.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Sistemas de produção de leite. Agricultura familiar.

Abstract

The paper discusses the role that the milk production can carry out in a development strategy for the Rio Grande do Sul State (Brazil). It was verified that an important contribution that the milk production could provide to the development it derives of its capacity of maintenance of the population in the rural zones, which enhance its effects on the local economies. These effects are generated by the high potential of aggregation of value that the dairy activity can provide in a direct, indirect and induced way. So for the milk production can play this function, however, it is necessary orientate the current policies sustained by the representatives of the agro-industrial chain that can lead more than two thirds of the producers to the exclusion in the short period. The main conclusion of the paper is that the promotion of production systems adapted to the conditions of the family production would be an indispensable condition for the construction of a development model more equitable and balanced territorially.

Keywords: Rural development. Dairy production systems. Family farms.

¹ Professor do Departamento de Estudos Agrários da Unijui, Ijuí/RS (bsneto@unijui.tche.br).

² Professor do Departamento de Economia e Contabilidade da Unijui, Ijuí/RS (davidbasso@unijui.tche.br).

Introdução

Ainda que os preços pagos ao produtor possam afetar negativamente o seu ânimo e a sua auto-estima, a produção de leite pode ser considerada uma atividade estratégica para o desenvolvimento, principalmente quando se trata das regiões coloniais do Estado do Rio Grande do Sul. A produção de leite é uma atividade típica de regiões desenvolvidas, como é o caso dos Estados Unidos, Canadá, União Européia e Oceania, entre outros, e isso é por si um indício para que os agricultores não a vejam como uma atividade econômica marginal, reservada apenas àqueles que não conseguiram se capitalizar. A produção de leite, portanto, tem um lugar assegurado em agriculturas capitalizadas e produtivas, podendo-se levantar como hipótese que isso só não é uma realidade também no Brasil por não se ter dispensado um tratamento adequado ao setor.

É interessante observar também que países mais competitivos, como a Nova Zelândia e a Austrália, desenvolveram um modelo próprio de produção de leite, com características diferentes do modelo desenvolvido e preconizado pelos norte-americanos e canadenses, tendo este último historicamente maior prestígio e influência entre os pesquisadores e difusores da pecuária leiteira no Brasil. Pelas suas condições ecológicas e socioeconômicas, o Rio Grande do Sul possui condições excepcionais para desenvolver um modelo de produção de leite específico e altamente competitivo.

O principal argumento em defesa do estímulo à produção de leite como estratégia para a promoção do desenvolvimento em algumas regiões do Estado se fundamenta no fato de ela se constituir numa atividade imprescindível para a construção de uma sociedade economicamente mais produtiva, socialmente mais justa e territorialmente mais equilibrada. Além de destacar alguns aspectos para pensar a produção de leite de forma mais otimista, este trabalho propõe uma reflexão sobre as formas de organização da atividade no meio rural que podem provocar impactos mais positivos para o processo de desenvolvimento.

Produção de leite e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul

A produção agropecuária provoca efeitos diretos, indiretos e induzidos sobre a economia de uma região. O efeito direto corresponde ao valor agregado diretamente pelas atividades agropecuárias, parte do qual se constitui na renda dos agricultores, sendo o restante dividido entre os demais agentes sociais que participam, direta ou indiretamente, do processo produtivo (trabalhadores, proprietários de terra, bancos, Estado...). Já o efeito indireto da produção agropecuária sobre a economia corresponde à formação de valor agregado nos vários segmentos das cadeias produtivas a montante e a jusante da produção agropecuária. Ao demandar insumos e equipamentos, assim como transporte, transformação e comercialização, a produção agropecuária provoca a formação de valor agregado na cadeia produtiva, o qual se adiciona ao valor diretamente gerado por ela no interior das unidades de produção agropecuárias. O efeito induzido, por sua vez, corresponde à circulação monetária provocada pelo gasto do valor agregado gerado pelo setor primário na aquisição de bens e serviços produzidos localmente, ocasionando um efeito induzido sobre a economia.

Os efeitos indiretos e induzidos da produção agropecuária são os principais responsáveis pelo estímulo que esta atividade exerce sobre o surgimento de atividades não-agrícolas, as quais têm sido apontadas como vitais para o desenvolvimento rural de uma região (Silva Neto; Frantz, 2003).

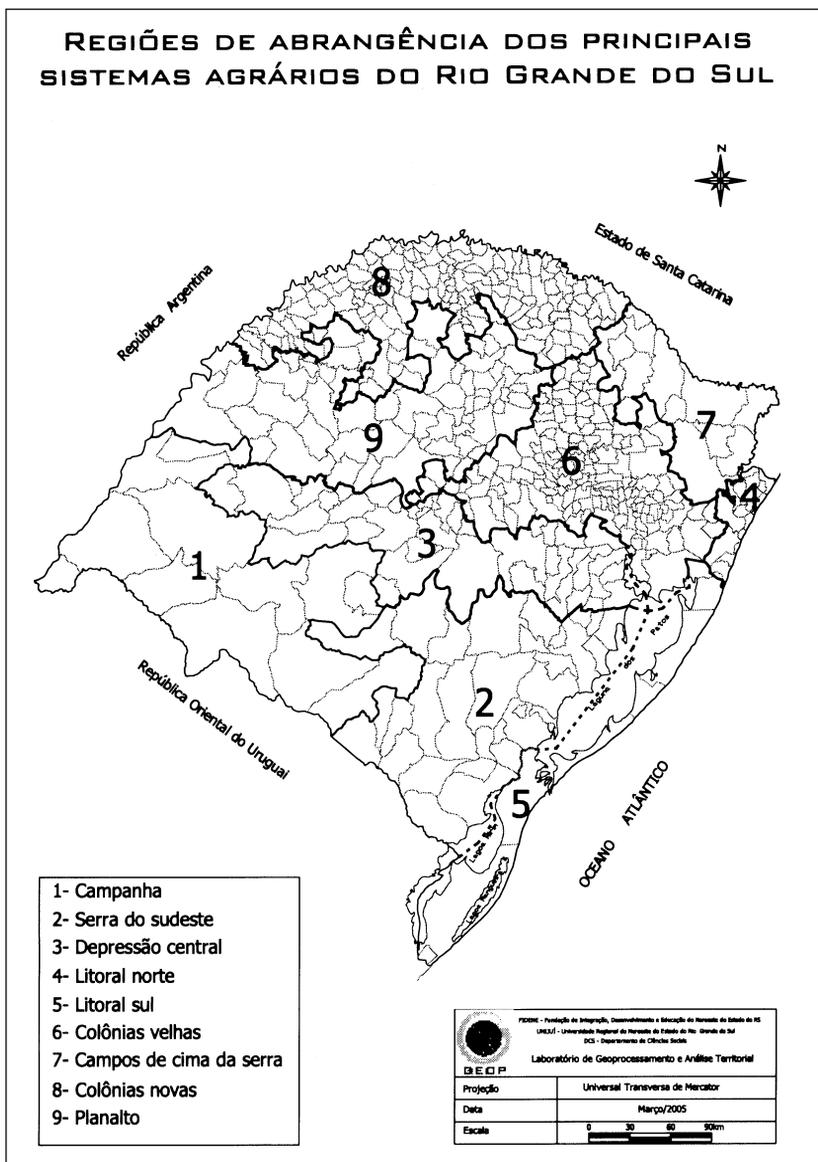
O desenvolvimento da agropecuária e o desenvolvimento rural, no entanto, nem sempre são vistos como processos que se apresentam positivamente correlacionados. O aumento da produção e da produtividade na agricultura de um determinado território nem sempre resulta na ampliação da renda e na melhoria das condições de vida da sua população como um todo. Para que o aumento da produção e os ganhos de produtividade da agropecuária possam repercutir favoravelmente sobre a economia e o desenvolvimento de uma região é imprescindível que estes sejam compatíveis com a manutenção de uma população relati-

vamente elevada no campo, o que pressupõe produções com valor agregado suficientemente elevado e com uma distribuição eqüitativa da renda (Silva Neto; Frantz, 2003). Nestas condições, a demanda dos agricultores por bens e serviços locais pode se constituir em um poderoso estímulo ao surgimento de atividades não-agrícolas na região. Não havendo esta compatibilidade, os potenciais efeitos diretos, indiretos e induzidos decorrentes do aumento da produção agropecuária podem ser neutralizados ou até sobrepujados negativamente pela redução da população no campo ou por uma concentração da renda, deprimindo a circulação monetária e diminuindo o valor agregado retido na região.

Segundo Frantz e Silva Neto (2005), as regiões gaúchas nas quais é visível um processo de desenvolvimento rural mais dinâmico são aquelas nas quais existe uma predominância da agricultura familiar. Para estes autores, a história da urbanização do interior gaúcho reflete o processo do seu desenvolvimento rural. Assim, a dinâmica histórica e espacial do parcelamento territorial do Estado, em decorrência das emancipações municipais, permite visualizar as distintas dinâmicas de geração e apropriação de renda presentes nas regiões de predomínio da pecuária extensiva, da produção patronal de grãos e da agricultura familiar. A presença de maiores contingentes populacionais, decorrente de um acesso mais democrático à terra por parte das famílias dos colonos, por exemplo, favorece uma dinâmica desconcentrada na distribuição da renda agrícola gerada, promovendo, em conseqüência, um processo mais intenso de urbanização e um maior parcelamento territorial para fins de delimitação da área municipal (Idem, p. 123-124). Este processo de concentração espacial dos municípios, como se pode observar pela densidade da malha municipal na regionalização dos diferentes sistemas agrários do Rio Grande do Sul evidenciada na figura 1, expressa, por conseqüência, as dinâmicas diferenciadas dos sistemas agrários predominantes no Estado: a pecuária extensiva nas áreas de campo e a produção familiar nas áreas de floresta³.

³ Os limites entre as regiões de abrangência dos principais sistemas agrários do Rio Grande do Sul foram definidos em função do cruzamento de indicadores das principais categorias sociais e de sistemas produtivos constituintes de cada região com base em dados estatísticos do Censo Agropecuário do RS, 1995-1996. Para maiores informações ver Silva Neto (2005, p. 93-108).

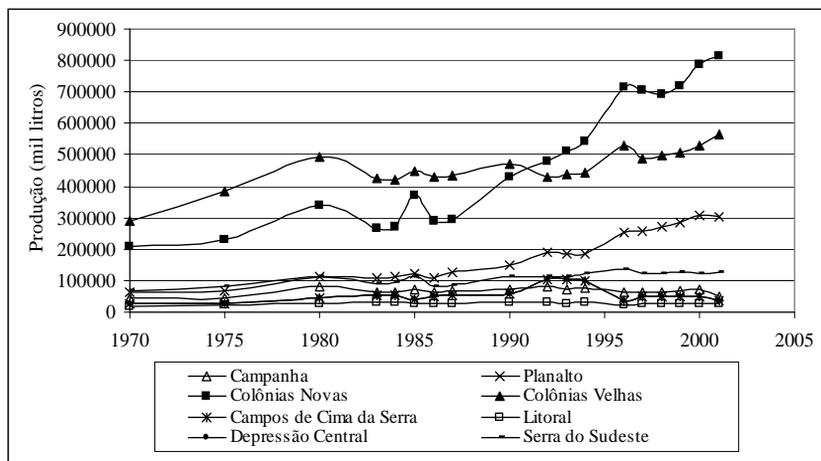
Figura 1 – Densidade de municípios nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul



Fonte: Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento – Divisão de Cartografia, 1997. In: Silva Neto (2005, p. 97).

Pode-se observar na figura 1 que as regiões nas quais predomina a agricultura familiar, com destaque para as Colônias Velhas (6) e Colônias Novas (8), apresentam uma densidade de municípios – fruto de um longo processo de diversificação local da sua economia – muito maior do que as demais regiões, tanto naquelas dominadas pela pecuária extensiva representadas pelas regiões da Campanha (1), Campos de Cima da Serra (7) e Serra do Sudeste (2), como também em relação àquelas em que a produção patronal de grãos é a atividade predominante, como é o caso do Planalto (9) e da Depressão Central (3). A figura 2, por sua vez, mostra que as principais regiões produtoras de leite do Estado são justamente as regiões coloniais (Colônias Velhas e Colônias Novas), nas quais a agricultura familiar é amplamente dominante.

Figura 2 – Evolução da produção de leite nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul



Fonte: Adaptado de Silva Neto et al (2005).

Observa-se na figura 2 um claro predomínio dessas duas regiões coloniais na produção gaúcha de leite entre 1970 e 2001. Entre elas, no entanto, percebe-se uma relativa estagnação da produção de leite na região das Colônias Velhas a partir de 1980, enquanto que o volume

produzido cresce acentuadamente nas Colônias Novas, em especial a partir de meados da década de 80 a ponto de se tornar, desde o início dos anos 90, a região com maior volume de leite produzido no Rio Grande do Sul. A principal explicação para este desempenho é que, enquanto a região das Colônias Velhas historicamente dispôs de várias alternativas viáveis para desenvolver produções com valor agregado mais elevado, as Colônias Novas sempre conviveram com maiores dificuldades para a intensificação da sua agricultura. Com a eliminação do crédito subsidiado à produção de soja esta situação se agrava e os agricultores, principalmente os que dispõem de menores áreas, voltam-se para a produção leiteira que, além de possuir um bom potencial para a agregação de valor por unidade de área, é uma atividade que pode adaptar-se a diferentes situações ecológicas e socioeconômicas.

É interessante salientar que a produção de soja desempenhou um importante papel no desenvolvimento da pecuária leiteira nas Colônias Novas do Rio Grande do Sul, pois foi a partir da acumulação gerada por esta cultura que grande parte dos agricultores dessa região conseguiu intensificar seus investimentos na atividade leiteira. Pode-se deduzir, dessa forma, que o crescimento acelerado do volume de leite produzido nas Colônias Novas foi obra principalmente de agricultores relativamente capitalizados que, no entanto, passaram a se defrontar com dificuldades para garantir a sua reprodução social a partir de uma especialização na produção de grãos, devido ao tamanho reduzido de seus estabelecimentos.

A produção de leite, como se observa na figura 2, constitui-se uma atividade básica para grande parte dos agricultores das regiões em que predomina a produção familiar, especialmente aqueles que dispõem de pequenas e médias unidades de produção. Contrariamente a outras produções animais que apresentam potencial mais elevado de geração de valor agregado por unidade de área, tais como a suinocultura e a avicultura, cujos sistemas de criação só são viáveis em condições muito específicas, dadas as exigências tecnológicas e de escala impostas pelas

agroindústrias receptoras, a produção de leite é uma atividade altamente adaptável a diferentes condições ecológicas e socioeconômicas, o que permite que ela seja viável a partir de diferentes escalas e sistemas de produção.

Consolidar a atividade leiteira no âmbito da produção familiar é decisivo não apenas por representar uma fonte regular de renda, mas em especial pela sua amplitude em termos de mercado. Segundo Wilkinson (1997), a competitividade a baixos níveis de concentração e produtividade significa que a produção de leite ainda é uma opção para um grande número de produtores e pode desempenhar o papel de âncora que já esteve anteriormente associado à suinocultura. Um dos grandes desafios da agricultura familiar neste caso, segundo o mesmo autor, está associado à ameaça de “expropriação” por parte de estabelecimentos especializados e de grande escala das atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas explorações familiares e que ainda são responsáveis pela sua reprodução social, como é o caso particular da produção de leite.

Esta ameaça de expropriação tem sido potencializada pelo pensamento dominante a partir de meados dos anos 90, em particular pelas estratégias que têm sido desde então propostas pelo meio industrial ligado ao setor⁴. Segundo Basso e Silva Neto (1999), se o modelo de produção baseado na elevação de escala proposto pelas indústrias ligadas ao fornecimento de equipamentos e à transformação de leite fosse implementado, cerca de 50.000 produtores de leite do Estado do Rio Grande do Sul, dos 85.000 existentes na segunda metade dos anos 90, seriam eliminados. Um dos poucos méritos deste modelo, baseado em grandes produtores com capacidade de produção de volumes médios

⁴ Os formuladores de políticas para o setor são mais facilmente influenciados pelos representantes dos segmentos industriais da cadeia produtiva. Um exemplo marcante desta influência é a Instrução Normativa 51 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que deve entrar em vigor em julho de 2005, a qual impõe uma série de exigências que poderão forçar o abandono da produção de leite por parte de muitas famílias que têm nesta atividade a base da sua reprodução social.

diários acima de 500 litros, seria a facilidade de sua implantação, uma vez que esse tipo de agricultor tem poucas restrições de área para implantar pastagens e, em geral, seu poder aquisitivo lhe permite realizar investimentos em instalações, equipamentos e animais de alta produção. A complexidade para elaborar e efetivar um plano de desenvolvimento orientado para a elevação da escala mínima dos pequenos agricultores, segundo os autores, é obviamente bem maior, posto que este tipo de agricultor enfrenta limites sérios em relação à quantidade e qualidade das terras, bem como existem restrições muito severas quanto a sua capacidade de investimento.

É importante salientar, no entanto, que a proposta de produção em grande escala preconizada de forma hegemônica em anos recentes levanta um problema importante para a própria indústria de transformação na medida em que os agricultores que dispõem de área suficiente para obter uma boa rentabilidade da sua unidade de produção com a cultura de grãos, em particular com a soja, só produzem leite em condições muito mais vantajosas do que as suportadas pelos pequenos produtores. Isto faz com que os grandes agricultores sejam muito menos estáveis na bovinocultura de leite, podendo representar problemas significativos para o abastecimento da indústria, especialmente em períodos de crise.

Esse comportamento dos grandes produtores pode ser percebido na figura 2 ao se observar o desempenho da produção leiteira na região do Planalto, especialmente na fase final do período. O aumento mais forte no volume de produção de leite a partir de meados da década de noventa está fortemente aliado à diminuição da rentabilidade da soja e aos preços mais elevados ofertados pela indústria de laticínios pelo litro de leite para produtores com maior escala de produção. Nas regiões de agricultura familiar, ao contrário, observa-se um declínio nos volumes de produção nesse mesmo período, indicando a inviabilidade de muitos produtores de pequena escala que são forçados a abandonar a atividade pelas dificuldades que enfrentam tanto para adequar-se à escala e exi-

gências técnicas impostas pela indústria quanto pelos preços mais baixos pagos pelo leite a este tipo de produtor⁵. A recuperação da rentabilidade da soja no final da década de 90 e início de 2000 mostra uma relativa estagnação da produção leiteira no Planalto e uma ligeira recuperação nas regiões de agricultura familiar, com destaque para as Colônias Velhas e Colônias Novas.

É do ponto de vista do desenvolvimento, contudo, que este modelo de produção teria as conseqüências mais sérias. Para termos a dimensão destas implicações bastaria nos colocarmos diante do seguinte questionamento: o que propor aos membros das aproximadamente 50.000 famílias rurais que teriam dificuldades para continuar mantendo uma produção comercial de leite tendo ciência de que a grande expansão da produção leiteira no Noroeste do Estado nos anos 90, como visto anteriormente, decorreu da falta de outras opções produtivas que apresentassem, de um lado, elevado potencial de agregação de valor e, de outro, a possibilidade real de serem desenvolvidas por um número expressivo de agricultores dessa região?

A adoção de um sistema de produção do tipo proposto pela agroindústria processadora, por conseguinte, levaria a uma forte concentração da renda e poderia até mesmo provocar uma queda no seu nível global, o que fatalmente resultaria na exclusão de um grande número de pessoas da atividade agropecuária, produzindo como efeito uma drástica diminuição da demanda por bens e serviços locais, com conseqüências extremamente negativas sobre o desenvolvimento rural (Silva Neto; Frantz, 2003). Assim, a generalização do modelo e da escala de produção de leite recomendado pela indústria seria um desastre social e econômico, tanto em relação aos seus potenciais efeitos diretos sobre o setor, quanto aos seus potenciais efeitos sobre o desenvolvimento rural.

⁵ O preço pago aos agricultores pelo litro de leite numa mesma região pode ter uma variação de 10 a 15% em função unicamente do volume de produção de cada um. Os preços diários pagos pelo litro de leite ao longo do mês de junho de 2005 na região de Cruz Alta/RS, por exemplo, variaram de R\$ 0,48 a R\$ 0,60.

Modelos alternativos de produção de leite e seu impacto no desenvolvimento rural

Além de contribuir de forma mais significativa para o processo de desenvolvimento (Frantz; Silva Neto, 2005; Veiga, 1991; Abramovay, 1998), a agricultura familiar também apresenta muitas vantagens em relação à produção de leite. A unidade entre gestão e trabalho, por exemplo, que é uma característica da agricultura familiar, constitui-se em um elemento altamente favorável para a atividade leiteira, dado que esta exige um trabalho cotidiano e de constantes decisões táticas, envolvendo desde o tempo de permanência dos animais na pastagem em função das condições climáticas, até a quantidade de alimentos concentrados que deve ser fornecida aos animais em função dos volumes esperados de produção, o tipo de tratamento em caso de problemas de sanidade do rebanho, o momento exato de cobertura dos animais, a assistência no momento das parições, dentre outras. Este trabalho cotidiano e constante, normalmente extrapolando as jornadas habituais, torna o trabalho assalariado menos apropriado e muitas vezes problemático para o desenvolvimento da produção de leite.

Em decorrência da sua grande capacidade de adaptação a diferentes condições, os sistemas de produção leiteiros reais desenvolvidos pelos produtores raramente seguem os padrões tecnológicos recomendados pela indústria e por parte significativa de profissionais que atua no fomento da atividade leiteira, especialmente no que diz respeito ao rendimento físico em litros de leite por animal e às escalas de produção. Utilizando um modelo de programação matemática visando a otimizar a produção de leite em função da qualidade dos alimentos fornecidos aos animais, Basso et al (2002) concluem que os rendimentos leiteiros normalmente observados nas unidades de produção familiares são, técnica e economicamente, bastante coerentes com as condições prevalecentes nestes estabelecimentos, indicando que os sistemas de criação que garantem melhor nível de renda para os agricultores, mesmo nas condições mais otimistas, ficam aquém dos padrões de eficiência tomados como

referência por representantes dos demais segmentos da cadeia produtiva do setor leiteiro. Os resultados econômicos desta simulação para uma área de 10 hectares, assim como a dimensão e a composição dos rebanhos, as produções de leite e os rendimentos físicos diários por vaca, para alimentos de baixa, média e alta qualidade, medida pelo teor de energia e proteína, são mostrados na tabela 1.

Tabela 1 – Sistemas de criação de bovinos de leite indicados na solução dos modelos de programação com sistemas de alimentação de baixa, média e alta qualidade

Especificações	Qualidade dos Alimentos		
	Baixa	Média	Alta
Superfície Agrícola Útil (hectares)	10	10	10
Margem de Contribuição do Sistema (R\$)	7.391,10	10.174,01	13.248,40
REBANHO:			
Vacas em Produção	11,3	12,7	13,8
Vacas Secas	4,8	5,5	5,9
Novilhas e terneiras	13,2	14,9	16,1
COMPOSIÇÃO DA PRODUÇÃO			
Leite Normal (litros/ano)	46.038	57.520	72.581
Leite extra-cota (litros/ano)	0	2.080	2.982
Animais de descarte (450 kg)	4,2	4,7	5,1
Produção média de leite por dia (litros)	128	166	210
Produção média diária por Vaca Lactação (litros/cabeça/dia)	11,3	13,0	15,2

Fonte: Basso et al (2002).

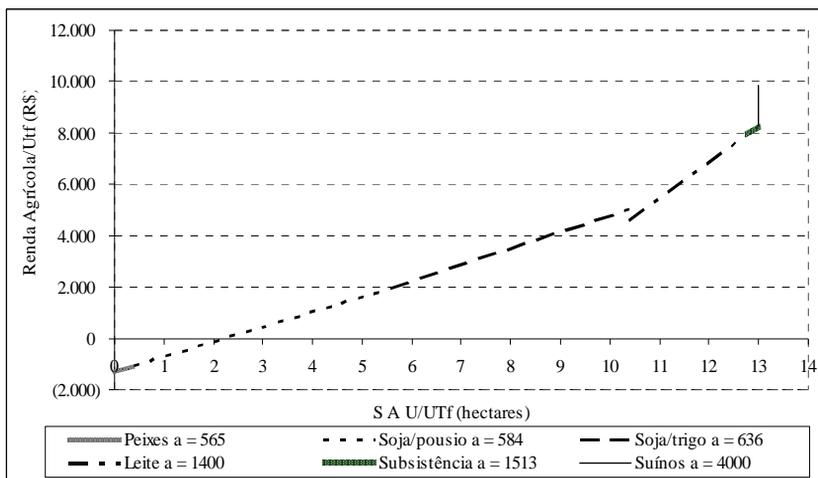
Como se pode observar na tabela 1, a melhoria da qualidade da alimentação fornecida aos animais em termos de energia e proteína proporciona não apenas um aumento da lotação de animais por unidade de área como também um incremento da produtividade média dos animais em produção. Os rendimentos que resultaram dos modelos de otimização, entretanto, variaram de cerca de 11 a 15 litros/vaca/dia, ficando muito próximos da realidade observada nas unidades de produção do Noroeste

gaúcho, nas quais o leite desempenha um papel importante na composição da renda das famílias. Tais resultados indicam que os sistemas de criação baseados em rendimentos diários superiores a 15 litros por animal, normalmente tomados pelos técnicos como referência de sistemas eficientes e competitivos, não são os mais interessantes, técnica e economicamente, para a maior parte das unidades de produção familiares do Estado.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração ao se pensar um modelo para a produção de leite que contribua mais efetivamente para o processo de desenvolvimento de uma região, refere-se à necessidade de se partir de uma visão global dos sistemas de produção e não apenas da produção de leite isoladamente. Do ponto de vista do agricultor e sua família, o que importa não é competitividade em uma produção isolada, mas sim assegurar as condições para a sua reprodução social a partir do sistema de produção como um todo. Em outras palavras, o que realmente importa é que o seu sistema de produção lhe proporcione, pelo menos, uma remuneração equivalente ao custo de oportunidade do trabalho, sendo secundário se ele obtém resultados altos ou baixos em uma produção isolada.

Um exemplo interessante é o que consta do estudo desenvolvido por Lorenzoni (2004), no qual os agricultores do município de Nova Ramada (RS) foram classificados em tipos. Na figura 3 é mostrada a renda média por unidade de trabalho familiar de um destes tipos segundo a contribuição de cada subsistema, composto por atividades que ocorrem sobre uma mesma superfície, que compõe o sistema de produção.

Figura 3 – Renda, global e por subsistema, por unidade de trabalho do tipo Familiar Diversificado Semimecanizado de Nova Ramada (RS)



Fonte: Lorenzoni (2004).

Nesta figura os coeficientes angulares das retas, representados pela letra “a”, indicam o potencial de contribuição para a formação da renda total de uma Unidade de Trabalho Familiar (UTF) para cada unidade de superfície (SAU) ocupada pelos diferentes subsistemas. Quanto maior a inclinação, ou seja, quanto maior o ângulo que forma em relação ao eixo x, representado neste caso pela quantidade de terra por unidade de trabalho familiar, maior é a margem de contribuição da atividade representada pelo respectivo segmento de reta. Como pode se observar na figura 3, a atividade leiteira, para este tipo de agricultor, mesmo com rendimentos diários médios em torno de 8 litros de leite por vaca em lactação (Lorenzoni, 2004), apresenta um potencial maior de geração de renda por unidade de área do que os subsistemas que incluem a soja, ainda que estes sejam responsáveis por uma parte maior da renda global. Um problema frequentemente observado quando se visa aumentar a produção de leite é a concorrência em mão-de-obra com outras atividades, a qual pode ser altamente limitante, em particular no caso de sistemas de produção diversificados como este representado na figura 3.

Por fim, um outro tipo de dificuldade que se impõe ao se pensar na produção de leite relaciona-se com os aspectos financeiros dessa atividade. Embora muitas vezes o leite se revele uma atividade tecnicamente viável e muito interessante economicamente, o estabelecimento da bovinocultura de leite, ou a simples introdução de melhorias visando alcançar patamares mais elevados de produção e produtividade numa atividade já em andamento, pode se tornar bastante problemática do ponto de vista financeiro. A tabela 2 mostra as características técnicas e econômicas de uma proposta de intensificação da produção de leite para um tipo de produtor da região de Três Passos/RS (Silva Neto et al, 1998).

Tabela 2 – Proposta de incremento da atividade leiteira para um tipo de Agricultor com Tração Simples, Produção de Grãos e Atividades Animais Extensivas, por meio da introdução de melhorias na Produção de Leite (valores de 1997)

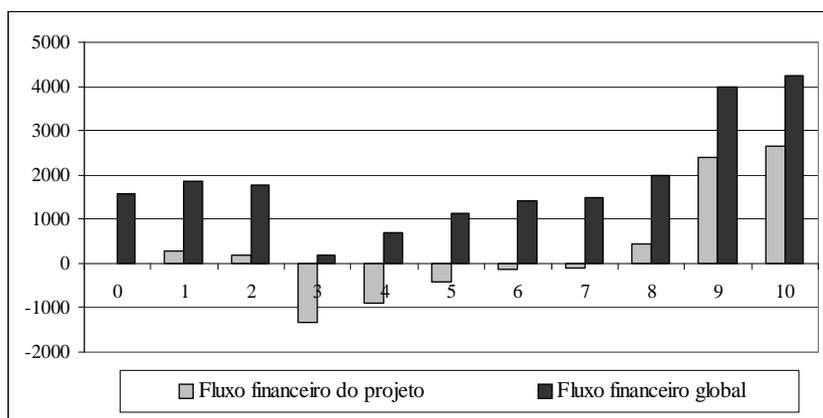
ESPECIFICAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA
CONDIÇÕES ESTRUTURAIS		
Superfície Agrícola Útil (SAU)	18,0	18,0
Unidades de Trabalho Familiar (U _{tf})	2,5	2,5
SISTEMA DE PRODUÇÃO		
Soja (ha)	12,5	7,0
Trigo (ha)	8,0	5,5
Vacas em Lactação com rendimento de 5 Litros/dia	3	0
Vacas em Lactação com rendimento de 15 Litros/dia	0	8
Milho (ha)	1,0	3,0
Milho silagem	0	3,0
Milho cultivado para ração (ha)	0,5	5,0
Aveia (ha)	5,0	3,0
Azevém (ha)	5,0	9,5
Suínos (matrizes)	3,0	0,0
Milho cultivado para ração (ha)	4,0	0,0
MÃO DE OBRA NECESSÁRIA (horas/mês)	240	375
CAPITAL CIRCULANTE NECESSÁRIO (R\$)	5.500,00	6.317,00
INDICADORES DE RESULTADO:		
MARGEM BRUTA GLOBAL (R\$)	3.647,00	6.572,00
MARGEM BRUTA POR ÁREA (R\$/Ha)	202,61	365,11
DEPRECIAÇÕES (R\$)	2.075,00	2.344,00
VALOR AGREGADO GLOBAL (R\$)	1.572,00	4.228,00
VALOR AGREGADO POR UTH/ANO (R\$/U _{tf})	628,80	1.691,20

Fonte: Silva Neto et al (1998).

A proposta, como se pode observar na tabela 2, prevê a intensificação da produção de leite a partir da ampliação do tamanho e da qualidade do rebanho, implicando num aumento da área destinada à produção de

alimentos, com a conseqüente eliminação da produção de suínos e uma redução na área cultivada com soja. A proposta não apresenta grandes dificuldades técnicas e é economicamente muito interessante, oportunizando ao final do período de sua implantação, que pode demorar de 8 a 10 anos, um aumento de 2,7 vezes no valor agregado, que passa de R\$ 1.572,00 para R\$ 4.228,00, com uma ampliação da mesma ordem na renda do agricultor. Conforme mostrado na figura 4, porém, ao se elaborar um projeto para efetivar essas mudanças ao longo de 10 anos, considerando uma carência de 2 anos e juros de 6% ao ano, o fluxo financeiro relativo ao aumento de renda do agricultor menos as prestações indica que este tipo de projeto não apresenta capacidade de pagamento e, por conseqüência, teria grandes dificuldades de ser adotado, em especial pelos agricultores familiares.

Figura 4 – Renda líquida menos prestações, do projeto e global, no período de implantação de uma proposta de melhoria da produção de leite para agricultores tipo Tração Simples, na região de Três Passos/RS.



Fonte: Silva Neto et al (1998).

A figura 4 indica que, mantido o atual sistema de produção (ano zero), a renda líquida anual apropriada pela família deste tipo de agricultor seria de aproximadamente R\$ 1.500,00. A implementação do projeto

de melhoria na produção de leite, nas condições constantes da tabela 2, poderia elevar esta renda anual para algo em torno de R\$ 4.200,00. Antes de chegar a este incremento de renda, no entanto, esta família deve passar por uma forte restrição financeira entre o terceiro e sétimo anos, período em que a renda líquida com a ampliação da receita obtida com o incremento da produção leiteira seria menor do que o valor das prestações que teriam que ser pagas, levando-se em consideração as condições básicas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Observando-se a coluna do fluxo financeiro global percebe-se que a renda sofreria uma modificação positiva em níveis interessantes somente a partir do nono ano da efetivação do projeto. Mesmo contando com uma linha de financiamento com condições favoráveis, como são, a princípio, as condições do Pronaf-Investimento, o produtor teria de retirar recursos de outras atividades por um período de 3 a 5 anos para poder cumprir com o pagamento das prestações. Se forem ainda adicionadas questões relativas ao risco em função, por exemplo, da queda do preço do leite, problemas na implantação e desenvolvimento das forrageiras, doença ou morte de animais, dentre outros, torna-se compreensível o porquê de muitos agricultores pouco capitalizados muitas vezes resistirem em alterar rápida e significativamente o perfil do seu sistema de produção de leite. Este exemplo indica quão importante é para os técnicos basearem suas recomendações em projetos previamente discutidos e acordados com os agricultores, de forma a evitar a recomendação de ações incoerentes com as suas condições e os seus objetivos, ainda que isoladamente tais ações possam parecer muito interessantes.

Considerações finais

Se por um lado as propostas hegemônicas que têm pautado as discussões voltadas à reestruturação da produção de leite no interior das unidades de produção podem ser desastrosas para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, por outro não existem motivos para pessimismo quanto

à viabilidade de proposições alternativas em torno de uma estratégia de desenvolvimento do setor leiteiro no Rio Grande do Sul baseada no estímulo aos pequenos e médios agricultores, que poderia ser adotada com o envolvimento dos representantes da indústria de laticínios e cooperativas de produtores, dos representantes do Estado e das organizações dos produtores rurais. Na formulação de propostas alternativas, entretanto, além da viabilidade técnica e econômica, é fundamental se preocupar também com as condições financeiras para sua operacionalização.

A organização da cadeia produtiva do leite, privilegiando o fortalecimento da produção a partir da idéia de escalas mínimas de produção que permitisse à maioria das famílias rurais alcançar o patamar de produção social, implicaria em pensar a organização sob a ótica do desenvolvimento rural e não apenas do ponto de vista da acumulação privada dos agentes individuais nela envolvidos. Uma organização nestas bases, evidentemente, não se dá automaticamente, devendo ser, portanto, resultado de uma construção social que passa por uma relação muito estreita entre o Estado, os produtores rurais, as indústrias e as redes de distribuição. Neste sentido, concordamos com Wilkinson (1997) quando assegura que fortalecer a produção leiteira com base nas unidades familiares depende menos da sua competitividade tecnológica e organizacional do que do surgimento de uma coalizão de atores comprometidos com a redefinição das prioridades econômicas do desenvolvimento rural local a partir do potencial produtivo do sistema de produção familiar. Para isso, as agências públicas e os segmentos industriais precisariam superar suas tradicionais posturas de discriminação negativa em relação aos produtores com menores escalas, passando a privilegiar os tipos de agricultores e de sistemas de produção cujo papel seja mais relevante para o processo de desenvolvimento rural.

Por fim, é importante destacar que qualquer decisão relativa a políticas voltadas para o desenvolvimento rural do Estado, inclusive a de nada fazer, terá conseqüências não apenas sobre as populações rurais,

mas para toda a sociedade gaúcha. As políticas voltadas para a produção de leite, neste sentido, representam um exemplo muito ilustrativo de uma questão mais ampla que envolve a necessidade de se definir conscientemente a respeito de qual sociedade se quer construir para o nosso Estado. Na verdade tais decisões relacionam-se diretamente com o próprio modelo de desenvolvimento econômico que se deseja para o Rio Grande do Sul como um todo. O atual modelo, que se fundamenta numa forte concentração das atividades econômicas – e, por conseqüência, da renda e da população – em grandes centros urbanos, tem mostrado sérios limites tanto no Rio Grande do Sul quanto no restante do país. A promoção de uma distribuição mais equilibrada da renda e da população sobre o território gaúcho, por meio de uma política voltada para o meio rural, pode se constituir num elemento importante para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, capaz de assegurar uma melhor qualidade de vida para o conjunto da população riograndense.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo; Campinas, Hucitec: Unicamp, 1998.

BASSO, David; SILVA NETO, Benedito. Controvérsias sobre profissionalização e desenvolvimento na agricultura: o caso da produção de leite no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 26, n. 4, p. 232-246, 1999.

BASSO, David; SILVA NETO, Benedito; BERTO, Jorge Luiz. Otimização da produção de leite em função da qualidade dos alimentos nas condições do Noroeste do Rio Grande do Sul. *Pesquisa Agropecuária Gaúcha*, Porto Alegre: Fepagro, v. 8, n. 1-2, p. 137-147, 2002.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A dinâmica dos sistemas agrários e o desenvolvimento rural. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Orgs.). *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 109-156.

LORENZONI, Jaime. Análise da reprodução social dos agricultores e de alternativas de desenvolvimento agrícola para o município de Nova Ramada (RS). Ijuí: Unijuí, 2004. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania. Orientador: Benedito Silva Neto).

MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n. 51. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/agrolegis>.

SILVA NETO, Benedito et al. *Estudo dos sistemas de produção agropecuários da região de Três de Maio/RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997. (Série Relatórios de Pesquisa).

SILVA NETO, Benedito et al. *Estudo da dinâmica e perspectivas da agricultura da região de Três Passos/RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998. (Série Relatórios de Pesquisa).

SILVA NETO, Benedito. “A regionalização do Estado segundo os seus sistemas agrários”. In SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Orgs.). *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 93-108.

SILVA NETO, Benedito; FRANTZ, Telmo Rudi. The Dynamics of Agriculture and the Rural Development in Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: Sober, v. 41, n. 3, p. 253-272, jul./set. 2003.

SILVA NETO, B.; LIMA, A. J. P. de; BASSO, D. Recomendações de políticas gerais e de políticas setoriais. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Orgs.). *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 279-292.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1991.

WILKINSON, John. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 25-50, abril de 1997.